

Propostas infralegais para integridade e correção de benefícios de proteção social: eficiência do gasto e recomposição da capacidade fiscal

SERGIO FIRPO E THALINE PRADO

Insper

19 de março de 2026

Insper



**MAIS
PROGRESSO
ORG**



Sobre as instituições

OBSERVATÓRIO DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

O Observatório da Qualidade do Gasto Público (OQGP) é uma iniciativa dedicada à produção de análises, métricas e propostas para aprimorar a eficiência e a efetividade do gasto público no Brasil. Integrante do Centro de Gestão de Políticas Públicas (CGPP) do Insper, o Observatório conta com financiamento da Haddad Foundation. Sua missão é contribuir para o avanço do debate público e para a disseminação de melhores práticas de planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas. Para isso, reúne pesquisadores, gestores e parceiros institucionais na construção de instrumentos capazes de fortalecer a eficiência técnica e alocativa, a qualidade das políticas públicas e os processos orçamentários e de planejamento do Estado brasileiro.

MAIS PROGRESSO

Fundada em 2020 pelo economista e cineasta Guilherme Cezar Coelho, a MaisProgresso.org, anteriormente Samambaia.org, nasceu para contribuir com o crescimento econômico sustentado, aliado à redistribuição de renda. Acreditamos que uma distribuição de renda mais equilibrada é decisiva para maior crescimento econômico continuado. Uma melhor distribuição de renda, em países tão desiguais como o Brasil, trará mais produtividade, melhor eficiência alocativa e maior mercado interno. Importante notar que o Brasil, em 2019, era o segundo país mais desigual no topo da distribuição de renda, perdendo apenas para o Catar.

MOVIMENTO ORÇAMENTO BEM GASTO

O Movimento Orçamento Bem Gasto reúne e articula economistas, organizações da sociedade civil, servidores e especialistas, instituições e projetos acadêmicos, empresários e cidadãos em geral. Seu objetivo é melhorar o orçamento público, a fim de que seja mais transparente, sustentável, justo e eficiente. Para isso, busca mobilizar e conectar diferentes atores, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, na sociedade e no governo, para produzir conhecimento, identificar oportunidades de melhoria, desenvolver propostas e facilitar sua implementação.

- 04** **Introdução**
- 08** **1ª Medida**
Revisão dos processos de concessão e manutenção do Programa Bolsa Família
- 12** **2ª Medida**
Revisão dos processos de concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada para pessoa idosa
- 15** **3ª Medida**
Revisão dos processos de concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada para pessoa com deficiência
- 17** **4ª Medida**
BPC Judicial
- 21** **5ª Medida**
Cessaçãõ de pagamentos indevidos no Benefício de Prestação Continuada por acúmulos indevidos
- 22** **6ª Medida**
Revisão dos processos de concessão e manutenção do Seguro-Defeso
- 26** **7ª Medida**
Priorização de perícias e auditoria *ex post* da duração no Benefício por Incapacidade Temporária
- 29** **8ª Medida**
Priorização de perícias e implementação de procedimento bienal integrado de revisão e conformidade na Aposentadoria por Incapacidade Permanente
- 31** **9ª Medida**
Qualificação da concessão de aposentadoria rural por validação cadastral
- 34** **Conclusão**

Introdução

Nos últimos anos, a administração pública federal tem atuado em um ambiente de restrição fiscal e alta rigidez do gasto obrigatório, ao mesmo tempo em que crescem demandas por políticas sociais, previdenciárias e por investimentos públicos.

Nesse contexto, voltou ao centro do debate a necessidade de preservar e ampliar a capacidade do Estado de financiar prioridades, isto é, criar margem orçamentária (“espaço fiscal”) para acomodar novas despesas e investimentos sem comprometer a trajetória do resultado primário e a sustentabilidade do regime fiscal vigente.

A agenda recente tem, portanto, combinado iniciativas de aumento de receitas com o aperfeiçoamento de cadastros, processos e rotinas administrativas, com o objetivo de elevar a qualidade do gasto e assegurar que os recursos cheguem a quem efetivamente tem direito a eles [R1].

Este documento consolida um conjunto de propostas predominantemente infralegais, como decretos, portarias e instruções normativas, capazes de gerar economias relevantes sem a necessidade de alteração de leis. O conjunto de medidas aqui sistematizado indica que é possível ampliar a margem fiscal por meio de aperfeiçoamentos infralegais e operacionais, com uso de cruzamentos de bases de dados, automatização de rotinas e qualificação cadastral. Em seu conjunto, essas iniciativas representam uma economia potencial estimada em **R\$ 22,366 bilhões por ano**.

Este documento dialoga com uma agenda mais ampla de revisão de gastos em políticas sociais. Trabalhos recentes, como os reunidos no volume “Caminhos do Desenvolvimento: Estabilizar, Crescer, Incluir” (CDPP, 2026), apresentam diagnósticos convergentes e, em alguns casos, estimativas de economia potencial ainda mais elevadas. Leonardo Rolim, por exemplo, estima em R\$ 33 bilhões anuais a economia potencial com a racionalização do auxílio-doença e do BPC, considerando não apenas o fluxo de irregularidades, mas também o passivo acumulado de benefícios concedidos indevidamente desde 2022. As diferenças nas estimativas decorrem principalmente de premissas distintas sobre a capacidade de implementação das medidas e sobre o horizonte temporal de captura das economias. As estimativas aqui apresentadas são mais conservadoras por aplicarem parâmetros de capacidade operacional efetiva (como a taxa de visitação domiciliar) ao universo potencial de irregularidades.

O objetivo destas propostas é aumentar a integridade e a eficiência do gasto em alguns dos benefícios de proteção social como o Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (Seguro-Defeso), o Benefício por Incapacidade Temporária (antigo Auxílio-Doença), o Benefício por Incapacidade Permanente (aposentadoria por invalidez), e a Previdência Rural (benefícios previdenciários rurais). Ao reduzir pagamentos indevidos, inconsistências cadastrais e acúmulos irregulares, busca-se proteger direitos, aumentar a confiança nos programas e gerar margem fiscal para prioridades públicas, inclusive para fortalecer a própria proteção social, sem restringir direitos de quem cumpre os critérios legais.

Em vários casos, as medidas não são novas, posto que algumas já foram recomendadas por órgãos de controle, anunciadas em comunicados públicos ou encontram-se em implantação por áreas técnicas. O diferencial aqui é sistematizar os mecanismos de economia, explicitar de onde vêm os parâmetros utilizados e tornar transparente a memória de cálculo. Essa transparência é especialmente importante porque, em muitas frentes, o cálculo de economia esperada não é amplamente divulgado antes da efetiva redução dos gastos. Gestores públicos lidam com risco reputacional em caso de insucesso, interrupção ou judicialização, o que inibe a comunicação *ex ante* de economias potenciais e as regras de cálculo.

Além do efeito fiscal direto, a adoção disciplinada dessas iniciativas pode ser interpretada como evidência do fortalecimento de uma cultura de revisão de gastos (*spending review*) e de gestão baseada em evidências. O amadurecimento do ciclo composto por diagnóstico, desenho de intervenção, instrumentação normativa, monitoramento e correção tende a se entranhar progressivamente nos corpos técnicos do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), da Casa Civil e de ministérios setoriais. A própria definição institucional de revisão de gastos no âmbito do MPO ressalta a utilização de evidências e a colaboração interinstitucional como forma de identificar oportunidades de realocação de recursos e de ampliação da capacidade fiscal [R2].

Os números resultantes das medidas de gestão aqui apresentados são estimativas e devem ser lidos como ordens de grandeza. A economia final, como em qualquer processo de revisão de gastos, depende da capacidade do órgão gestor de implementar a medida. Sempre que possível, os parâmetros utilizados são ancorados em auditorias e relatórios públicos (TCU e CGU, principalmente) e em normativos

recentes. Quando se trata de parâmetros operacionais como, por exemplo, taxas de visita domiciliar, usamos e citamos os registros administrativos públicos. De qualquer forma, para se obterem números mais precisos, os parâmetros precisariam ser confirmados e recalibrados durante a fase de implantação das medidas.

É importante enfatizar que os números apresentados refletem escolhas metodológicas que podem levar a eventual sobredimensionamento. Por exemplo, escolhemos sempre anualizar os resultados. O que significa que economias em um mês são multiplicadas ao fim por doze. Ou seja, esses montantes não correspondem a economias que seriam alcançadas dentro de um ano-calendário. Essa escolha não leva em conta que a implementação de qualquer medida de economia acontece ao longo do ano (e como óbvio, não magicamente no 1º dia do ano) e com um aprendizado sobre a capacidade de implementação da medida, a qual deve ser crescente com o tempo.

Cabe ainda destacar que as estimativas de economia não incorporam os custos de implementação e operacionalização das medidas. Esses custos, em grande parte, são de difícil ou impossível mensuração, por envolverem tempo de equipes, ajustes incrementais de processos e esforços de coordenação institucional. Ademais, o setor público brasileiro ainda carece, de forma geral, de sistemas de informação de custos suficientemente estruturados e integrados que permitam dimensionar, com precisão e de maneira padronizada, os custos marginais associados a esse tipo de intervenção. Assim, ainda que se espere que esses custos sejam relativamente reduzidos, dado que as propostas se apoiam majoritariamente em capacidades já existentes e, em alguns casos, contam com apoio operacional de entes subnacionais no âmbito da execução descentralizada das políticas, não é possível, no escopo deste exercício, estimar com confiabilidade as economias líquidas.

Por fim, para todas as medidas administrativas propostas, o cálculo das economias resultantes não leva em conta que pode haver reativação, por via judicial, de parte dos benefícios cessados. O motivo pelo qual não incorporamos a reativação via judicial ao cálculo também está ligado à dificuldade de se estimar essa probabilidade, para cada uma das medidas aqui elencadas.

Portanto, os resultados apresentados devem ser interpretados como ordens de grandeza de economias brutas potenciais.

O restante desse relatório está dividido da seguinte maneira. Apresentamos nove medidas principais de economia e para cada uma delas (i) descrevemos o diagnóstico do problema e o mecanismo de economia; (ii) explicitamos a regra de cálculo da economia potencial, bem como os parâmetros usados e suas fontes; (iii) listamos qual o arcabouço legal que sustenta a medida, bem como quais medidas infralegais adicionais seriam necessárias; (iv) reportamos em que fase de implementação está a medida, sua governança e a forma como os resultados são ou poderiam ser monitorados. Após a apresentação de cada uma de todas essas medidas, apresentamos nossas considerações finais.

1ª Medida – Revisão dos processos de concessão e manutenção do Programa Bolsa Família

Regras de inconsistências com o Cadastro Nacional de Informações Sociais, e-Social, Relação Anual de Informações Sociais, Microempreendedor Individual e dados de concessionárias de energia elétrica e telefonia (batimento massivo de dados), atualização cadastral orientada por risco e amostragem estratificada por risco para verificação domiciliar.

1.1. DIAGNÓSTICO E MECANISMO DE ECONOMIA

A medida incide sobre o Cadastro Único e sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), com o objetivo de reduzir inclusões indevidas e pagamentos realizados a famílias que não atendem ao perfil exigido pelo programa. A economia potencial decorre primeiramente da identificação de irregularidades por meio de cruzamentos sistemáticos de bases administrativas, e análise do entrevistador sobre a confiabilidade/qualidade das informações declaradas pelos potenciais (ou atuais) beneficiários nas entrevistas de cadastro (ou de atualização). A proposta inclui implementação de score de risco cadastral e verificação domiciliar orientada por risco.

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) realizada em 2023 com o objetivo de avaliar o Cadastro Único, identificou um elevado grau de inconformidade entre beneficiários do Programa Bolsa Família [R3]. Os resultados são derivados da realização de verificação domiciliar em uma amostra aleatória de famílias. Foi constatado que 22,5% dos domicílios analisados estariam recebendo o benefício de forma irregular, por apresentarem renda familiar per capita acima dos critérios legais do programa.¹

Considerando o número recente de beneficiários do Bolsa Família e o valor médio do benefício, o montante anual estimado de pagamentos indevidos alcançaria aproximadamente R\$ 34 bilhões. Contudo, esse número não leva em conta que boa

¹ O percentual de 22,5% de desconformidade quanto ao critério legal de renda do Programa Bolsa Família foi extraído do item 88 do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), constante no **Acórdão nº 2.342/2023 – Plenário**.

parte desses benefícios migrariam para a Regra de Proteção, em que se paga metade do valor.² Se considerarmos, em um cenário cauteloso em termos de economia total, que a inclusão de todas as fontes de renda no cadastro não seria suficiente para elevar a renda familiar per capita para além do limite da elegibilidade da regra de proteção, a economia seria metade desse valor, ou R\$ 17 bilhões.

É importante ressaltar que o elevado índice de irregularidades reportado pelo TCU decorre de procedimentos de verificação *in loco*, nos quais foi possível identificar com maior precisão a renda efetiva e a composição real dos núcleos familiares. Essas informações não são plenamente captadas em processos de cadastramento realizados sem visita domiciliar. Embora a Portaria nº 810/2022 preveja a verificação domiciliar como instrumento de qualificação cadastral, com referência operacional de cobertura mínima de 20% dos cadastros, dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), extraídos da ferramenta CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único) indicam que, em dezembro de 2025, apenas cerca de 10% das famílias do Cadastro Único tiveram coleta realizada por meio de visita domiciliar [R4] [R5]. Vale também registrar que, na prática, as visitas domiciliares associadas ao cadastramento são realizadas majoritariamente em situações excepcionais, como dificuldades de locomoção do beneficiário, e não como instrumento regular de verificação das informações declaradas [R6] [R7].

Neste cenário, a estimativa de economia é ajustada à capacidade efetiva de realização de verificações domiciliares e considera a proporção média de visitas *in loco* viabilizadas pela administração, de modo a refletir restrições de pessoal, logística e prazos. Note, ainda, que a seleção aleatória de 10% dos cadastros para verificação domiciliar identificaria apenas 2,25% (10% x 22,5%) de cadastros com irregularidade. O cruzamento de dados em conjunto com aplicação de treinamentos e procedimentos para melhorar a capacidade de detecção de irregularidade dos entrevistadores são necessários para aumentar a assertividade das visitas e direcionar as equipes àquelas famílias que efetivamente não atendem aos requisitos do PBF.

² A Regra de Proteção do Bolsa Família é um mecanismo de transição que permite às famílias beneficiárias elevar sua renda, seja por meio de trabalho formal, informal ou aumento salarial, sem a perda imediata do benefício. Por meio dessa regra, a família continua recebendo parte do auxílio por um período determinado, desde que a renda mensal per capita não ultrapasse meio salário-mínimo, o equivalente a R\$ 706,00 por pessoa, considerando o valor vigente em 2024.

1.2. PARÂMETROS, FONTES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A estimativa de economia potencial está ancorada em parâmetros extraídos ou estimados com base em dados reais e em hipóteses operacionais sobre a capacidade de execução dos procedimentos de verificação.

O parâmetro central de cessação ou filtragem, denominado $Indi_1$, corresponde à proporção de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que não atenderiam aos requisitos, estimada em 0,225 (ou 22,5%), com base em estimativas reportadas em auditoria do Tribunal de Contas da União. O indicador $Indi_2$ representa a proporção de famílias submetidas à entrevista domiciliar, indicada em 0,125. A proposta considera um aumento de 25% na taxa de visitas domiciliares, a qual, segundo estatísticas recentes do Cadastro Único, está em 10%, para aumentar o alcance da economia [R5]. Adicionalmente, redimensionamos as economias por meio do parâmetro $Indi_3$ de ganhos de assertividade das visitas com prévio cruzamento de dados. Nossa premissa para $Indi_3$ é que uma seleção inteligente de cadastros com alto risco para verificações in loco dobraria a probabilidade de detecção de irregularidades nas visitas domiciliares. O cálculo final da estimativa de economia considera a quantidade média de famílias ativas do PBF e o valor médio do benefício (R\$ 690) entre os meses de novembro/25 e janeiro/26.³ Usamos a metade do valor médio pago para cada família, sob a premissa de que o resultado da medida colocaria essa família na Regra de Proteção do PBF, que concede metade do valor pago.

³ Salvo indicação em contrário, os dados quantitativos (número de beneficiários, valores médios e modalidades de concessão) referentes ao Programa Bolsa Família e ao BPC foram extraídos da plataforma **Vis Data (MDS)**, via ferramenta Data Explorer. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>.

Memória de cálculo (valores em reais):

$$Economia = Qtde \times Valor \times Meses \times Indi_1 \times Indi_2 \times Indi_3$$

Onde: Qtde = 18.230.994; Valor = R\$ 345,00; Meses = 12; $Indi_1 = 0,225$; $Indi_2 = 0,125$, $Indi_3 = 2$.⁴⁵

A economia potencial estimada é de **4,2 bilhões de reais**. Esse valor representa aproximadamente 2,69% da despesa orçada para o Programa Bolsa Família em 2026.

1.3. ARCABOUÇO JURÍDICO E ATOS INFRALEGAIS NECESSÁRIOS

A medida se sustenta em normas que definem os critérios de elegibilidade e manutenção do benefício, autorizam o uso de bases administrativas e cruzamentos para fins de controle e disciplinam procedimentos administrativos de cadastramento e revisão. Destacam-se a Lei nº 14.601, de 2023 (Programa Bolsa Família), a Lei nº 14.237, de 2021, a Lei nº 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e a Lei nº 8.212, de 1991, no que se refere ao uso de bases e ao Cadastro Nacional de Informações Sociais.

No plano infralegal, normas recentes disciplinam procedimentos de cadastramento, atualização cadastral e verificação das informações declaradas. Destacam-se regras específicas para o cadastramento domiciliar de famílias unipessoais em situações excepcionais e para a padronização de nomenclaturas que distinguem o cadastro domiciliar do cadastro com verificação familiar, contribuindo para maior clareza operacional e fortalecimento dos mecanismos de controle. [R6] [R7].

⁴ Uma conta alternativa seria imaginar que, como resultado da medida, quem já está na regra de proteção teria probabilidade $Indi_1 * Indi_2 * Indi_3$ de deixar de receber o benefício, que é metade do valor integral, e quem recebe o valor integral teria essa mesma probabilidade de passar a receber metade. Dados extraídos da plataforma VIS DATA (MDS), via ferramenta Data Explorer, indicam que, em janeiro de 2026, cerca de 13% das famílias beneficiárias estão enquadradas na Regra de Proteção. Como o valor médio pago é de R\$690, o valor integral médio, dada a distribuição atual de famílias na Regra de Proteção, está em torno de R\$740. Usando R\$370 (metade de R\$740) no lugar de R\$345 na fórmula, obteríamos uma economia de 4,6 bilhões de reais.

⁵ Uma consideração a ser feita sobre o uso da Regra de Proteção é que a medida proposta incidiria tanto sobre as concessões (fluxo) quanto sobre as revisões (estoque). Uma parte das famílias (as do fluxo) nem entrariam para o PBF e, portanto, o uso da regra de proteção não faria sentido para elas. A economia, nesse caso, seria potencialmente maior do que a aqui calculada.

1.4. STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

A medida encontra-se parcialmente em implementação, com avanços recentes na qualificação do Cadastro Único e no reforço de mecanismos de governança e fiscalização do Programa Bolsa Família, inclusive por meio da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único [R8]. Entre os principais avanços, destaca-se a integração online de bases administrativas federais, em especial o CNIS e a base do Cadastro de Pessoa Física (CPF) da Receita Federal do Brasil, para a verificação e validação das informações declaradas no Cadastro Único. Adicionalmente, encontra-se em curso a Ação de Qualificação Cadastral de 2025, que engloba processos estruturados de averiguação e revisão cadastral, voltados à correção e atualização de registros inconsistentes ou desatualizados no Cadastro Único.

Para fins de monitoramento e avaliação, recomenda-se explicitar indicadores de processo, de resultado e de qualidade. Entre os indicadores de processo, incluem-se a cobertura e periodicidade dos cruzamentos de bases, o tempo de resposta e a taxa de falsos positivos. Entre os indicadores de resultado, incluem-se a redução de pagamentos indevidos e os tempos médios de regularização. Entre os indicadores de qualidade, incluem-se o volume de recursos administrativos, as reversões, a reincidência e a judicialização.

2ª Medida – Revisão dos processos de concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada para pessoa idosa

Regras de inconsistências com o Cadastro Nacional de Informações Sociais, eSocial, Relação Anual de Informações Sociais, Microempreendedor Individual e dados de concessionárias de energia elétrica e telefonia (batimento massivo de dados), atualização cadastral orientada por risco e amostragem estratificada por risco para verificação domiciliar.

2.1. DIAGNÓSTICO E MECANISMO DE ECONOMIA

A medida incide sobre o Cadastro Único e sobre os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada na modalidade idoso (BPC idoso), com o objetivo de reduzir inclusões e manutenções indevidas. A economia potencial decorre da identificação de casos em que há desconformidade ao critério legal de renda familiar per capita ou evidências de omissão de renda ou de membro familiar, viabilizando a suspensão, a cessação ou a revisão administrativa do benefício.

Auditoria recente do TCU, realizada com o objetivo de avaliar a conformidade e focalização dos pagamentos do BPC, identificou que 8% dos beneficiários na modalidade BPC idoso em maio de 2024 não atendiam ao critério de renda per capita máxima do benefício (um quarto de um salário-mínimo) [R9].⁶ Similarmente à auditoria do TCU do Cadastro Único/ Bolsa Família, essa auditoria também se baseou no procedimento de verificação dos dados diretamente nas residências das famílias de uma amostra do universo de beneficiário do BPC com concessão administrativa e cadastro único ativo.

Conforme discutido na medida anterior, a abordagem proposta seria factível apenas se o cruzamento de bases de dados, a identificação de risco e a realização de visitas domiciliares permitissem identificar de forma abrangente os casos de renda per capita acima do declarado. É importante destacar que a proporção de benefícios irregulares identificados pelo TCU (8%) é menor que a taxa atual de cadastros do Cadastro Único com coleta domiciliar (10%). Deste modo, um direcionamento mais assertivo das visitas in loco tem alto potencial para reduzir irregularidades no BPC a um custo menor do que o apresentado para o caso do PBF, em que a proporção de benefícios irregulares foi estimada pelo TCU em 22,5%.

Ressalta-se que para casos em que o benefício foi concedido ou mantido judicialmente, a cessação administrativa não é juridicamente possível, sendo necessária eventual revisão no âmbito judicial. Assim, para fins de estimativa de economia, considera-se apenas o universo de benefícios concedidos administrativamente, passíveis de revisão, o que torna a projeção mais cautelosa no que tange às economias potenciais e mais aderente às restrições legais e operacionais.

2.2. PARÂMETROS, FONTES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

O parâmetro de irregularidade ou inelegibilidade ($Indi_1 = 0,08$) é o percentual de beneficiários do BPC idoso que estariam irregulares, conforme o achado do TCU [R9]. Usando o mesmo racional do cálculo de economia apresentado para o PBF, esse parâmetro é multiplicado pelo percentual de verificações domiciliares ($Indi_2 = 0,125$) e ajustado para refletir melhora na eficiência de captura de irregularidades, indicado por $Indi_3=2$. O cálculo final da estimativa de economia considera a quantidade média mensal de benefícios emitidos (pagos) do BPC idoso que não tiveram concessão judicial (entre os meses de outubro e dezembro de 2025). O valor mensal do benefício é o valor do salário-mínimo em 2026.

⁶ O percentual de 8% de desconformidade quanto ao critério legal de renda foi extraído da Tabela 3 do Relatório de Auditoria TCU (Processo TC 007.560/2024-9).

A economia potencial estimada para a medida é de **994 milhões de reais** em um ano. Esse valor representa aproximadamente 0,75% da despesa orçada em 2026 para o BPC (idoso e deficiente).

Memória de cálculo (valores em reais):

$$Economia = Qtde \times Valor \times Meses \times Indi_1 \times Indi_2 \times Indi_3.$$

Onde: Qtde = 2.554.046; Valor = R\$ 1.621,00; Meses = 12; Indi₁ = 0,08; Indi₂ = 0,125; Indi₃ = 2.

2.3. ARCABOUÇO JURÍDICO E ATOS INFRALEGAIS NECESSÁRIOS

A medida se sustenta em normas que definem elegibilidade e manutenção do benefício, autorizam o uso de bases e cruzamentos para controle e disciplinam procedimentos administrativos. Os principais dispositivos relacionados incluem a Lei nº 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 8.212, de 1991, a Lei nº 8.213, de 1991 (em especial dispositivos relativos a procedimentos de revisão), e a Lei nº 13.846, de 2019, no que se refere ao fortalecimento de instrumentos de combate a fraudes e aperfeiçoamento de cadastros. No plano infralegal, o fluxo operacional de manutenção e revisão (incluindo atualização cadastral, batimentos e rotinas de instrução do processo administrativo) pode ser ancorado em atos conjuntos já existentes e atualizados, como a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 28, de 25/07/2024, e a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 34, de 09/10/2025, que disciplinam procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC. O marco regulamentar do BPC também é relevante para padronizar critérios de renda/composição familiar e a própria dinâmica de manutenção: Decreto nº 6.214/2007 (regulamento do BPC) e suas alterações, em especial o Decreto nº 12.534/2025, que atualiza o regulamento e interage com o Cadastro Único.

2.4. STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

No caso do BPC, a agenda recente de aperfeiçoamento de cadastros e de critérios de elegibilidade inclui iniciativas de biometria, revisão de critérios e reforço de controles [R1]. As medidas recentes de aperfeiçoamento do Cadastro Único, discutidas anteriormente para o caso do PBF, afetam diretamente a qualidade e a conformidade do BPC, na medida em que o Cadastro Único constitui a principal base de informações para a identificação do público elegível, a verificação da renda familiar e o monitoramento contínuo das condições socioeconômicas dos beneficiários.

Do ponto de vista de implementação, recomenda-se que a medida seja acompanhada por ato normativo infralegal claro, plano de instrumentação de dados (bases, chaves, periodicidade de cruzamentos e trilhas de auditoria) e metas de monitoramento. A governança pode se apoiar em arranjos interinstitucionais típicos de revisão de gastos, com participação do órgão gestor, áreas de orçamento e tesouro, e controle interno.

Para fins de avaliação, recomenda-se explicitar indicadores de processo, de resultado e de qualidade, incluindo cobertura dos cruzamentos, tempo de resposta, taxa de falsos positivos, redução de pagamentos indevidos, tempos médios de regularização, recursos administrativos, reversões, reincidência e judicialização.

3ª Medida – Revisão dos processos de concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada para pessoa com deficiência

Regras de inconsistências com o Cadastro Nacional de Informações Sociais, e-Social, Relação Anual de Informações Sociais, Microempreendedor Individual e dados de concessionárias de energia elétrica e telefonia (batimento massivo de dados), atualização cadastral orientada por risco e amostragem estratificada por risco para verificação domiciliar.

3.1. DIAGNÓSTICO E MECANISMO DE ECONOMIA

A medida incide sobre o Cadastro Único e sobre os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada na modalidade pessoa com deficiência (BPC PcD), com o objetivo de reduzir inclusões e manutenções indevidas. A economia potencial decorre da identificação de casos em que há desconformidade ao critério legal de renda familiar per capita ou evidências de omissão de renda ou de membro familiar, viabilizando a suspensão, a cessação ou a revisão administrativa do benefício.

A auditoria do TCU que avaliou o BPC identificou que cerca de 10% dos beneficiários do BPC PcD (concedidos administrativamente) estavam em desconformidade ao critério legal de renda familiar per capita exigido para a elegibilidade ao benefício [R9].⁷

⁷ O percentual de 10% de desconformidade quanto ao critério legal de renda foi extraído da Tabela 3 do Relatório de Auditoria TCU (Processo TC 007.560/2024-9).

Um ponto relevante a ser destacado é o alto percentual de concessões judiciais do BPC PcD (aproximadamente 25% do estoque de benefícios), o que representa uma limitação importante ao alcance dessa medida, uma vez que tais concessões não se submetem integralmente aos mecanismos administrativos de controle e revisão. Por esse motivo, esta medida se aplica apenas aos benefícios que foram concedidos administrativamente.

3.2. PARÂMETROS, FONTES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A economia potencial estimada para a medida é de **1,37 bilhões de reais**, representando aproximadamente 1,03% da despesa orçada em 2026 para o BPC (idoso e deficiente). O racional para o cálculo da economia potencial é análoga à medida do BPC idoso apresentada na seção imediatamente anterior. O cálculo final da estimativa de economia considera a quantidade média mensal (entre os meses de outubro e dezembro de 2025) de benefícios emitidos (pagos) do BPC PcD concedidos por via administrativa. O valor mensal do benefício é o valor do salário-mínimo em 2026.

Memória de cálculo (valores em reais):

$$Economia = Qtde \times Valor \times Meses \times Indi_1 \times Indi_2 \times Indi_3.$$

Onde: Qtde = 2.820.605; Valor = R\$ 1.621,00; Meses = 12; Indi₁ = 0,10; Indi₂ = 0,125; Indi₃ = 2.

3.3. ARCABOUÇO JURÍDICO E ATOS INFRALEGAIS NECESSÁRIOS

A medida se sustenta em normas que definem elegibilidade e manutenção do benefício, autorizam uso de bases e cruzamentos para controle e disciplinam procedimentos administrativos. Destacam-se a Lei nº 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 8.212, de 1991, a Lei nº 8.213, de 1991, e a Lei nº 13.846, de 2019, no que se refere ao fortalecimento de instrumentos de combate a fraudes e aperfeiçoamento de cadastros. No plano infralegal, o fluxo operacional de manutenção e revisão (incluindo atualização cadastral, batimentos e rotinas de instrução do processo administrativo) pode ser ancorado em atos conjuntos já existentes e atualizados, como a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 28, de 25/07/2024, e a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 34, de 09/10/2025, que disciplinam procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC. O marco regulamentar do BPC também é relevante para padronizar critérios de renda/composição familiar e a própria dinâmica de manutenção: Decreto nº 6.214/2007 (regulamento do BPC) e suas alterações, em especial o Decreto nº 12.534/2025, que atualiza o regulamento e interage com o Cadastro Único.

3.4. STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

Recomenda-se acompanhar a medida com ato normativo infralegal claro, plano de instrumentação de dados e metas de monitoramento, com governança interinstitucional típica de revisão de gastos.

Os indicadores recomendados incluem cobertura dos cruzamentos, tempo de resposta, taxa de falsos positivos, redução de pagamentos indevidos, tempos médios de regularização, volume de recursos administrativos, reversões, reincidência e judicialização.

4ª Medida – BPC Judicial

Regras de inconsistências com o Cadastro Nacional de Informações Sociais, e-Social, Relação Anual de Informações Sociais, Microempreendedor Individual e dados de concessionárias de energia elétrica e telefonia (batimento massivo de dados), atualização cadastral orientada por risco e amostragem estratificada por risco para verificação domiciliar, indução do reexame judicial de forma tempestiva.

4.1. DIAGNÓSTICO E MECANISMO DE ECONOMIA

A proporção de concessões judiciais no BPC, em especial no BPC PcD, é elevada. No estoque, o painel do MDS por despacho, que separa a origem da concessão, mostra que, em média 16,14% dos benefícios eram de ordem judicial no último trimestre de 2025. O estoque também evidencia a concentração da judicialização no BPC PcD. Considerando os meses entre outubro e dezembro de 2025, em média, 24,42% do estoque do BPC PcD era judicial, enquanto no BPC Idoso essa proporção era 4,60%.

Essa alta judicialização limita o alcance de medidas estritamente administrativas de revisão e manutenção, dado que a cessação administrativa não é, em regra, juridicamente viável nesses casos. Nesta medida, o foco é reduzir a manutenção automática de decisões antigas e encurtar a janela de pagamento indevido quando houver alteração material das condições socioeconômicas que fundamentaram a decisão judicial.

Benefícios concedidos judicialmente tendem a permanecer ativos por longos períodos sem reavaliação sistemática, mesmo quando há mudanças relevantes de renda, composição familiar, vínculo empregatício ou outras evidências administrativas que indicariam inelegibilidade sob o critério legal do BPC. Isso cria um risco estrutural de pagamentos indevidos persistentes, por inércia decisória, sobretudo quando faltam rotinas padronizadas para: monitorar indícios; atualizar o Cadastro Único; e provocar o reexame judicial de forma tempestiva.

O mecanismo de economia desta medida depende de três ações: submeter também o estoque judicial às mesmas rotinas de qualificação cadastral e cruzamento de bases; transformar indícios objetivos em fluxo de comunicação sistemática ao Judiciário; e acionar a Procuradoria para revisar/extinguir decisões quando houver mudança fática relevante, priorizando casos com maior materialidade fiscal.

4.2. PARÂMETROS, FONTES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Esta medida não depende, necessariamente, de uma força-tarefa ampliada: sua eficácia pode ser maximizada com segmentação por risco e materialidade. Consistentemente com as demais medidas deste documento sobre o BPC, a economia é calculada da seguinte forma.

Memória de cálculo (valores em reais):

$$\text{Economia} = \text{Qtde} \times \text{Valor} \times \text{Meses} \times \text{Indi}_1 \times \text{Indi}_2 \times \text{Indi}_3 \times \text{Indi}_4.$$

Onde Qtde = 1.034.454; Valor = R\$ 1.621,00; Meses = 12; Indi₁ = 0,08; Indi₂ = 0,125; Indi₃ = 2; Indi₄ = 0,5.

As variáveis utilizadas para o cálculo da economia são as seguintes. O indicador Qtde é a quantidade de benefícios do BPC emitidos judicialmente (estoque médio mensal do último trimestre de 2025). Valor é o valor mensal do BPC, ou um salário-mínimo, R\$1621,00 em 2026. Meses são 12, seguindo o padrão de anualização. O indicador Indi₁ é o parâmetro de irregularidade ou inelegibilidade, que é medido como o percentual de beneficiários do BPC que estariam irregulares, conforme os achados do TCU descritos nas duas seções imediatamente anteriores a esta (usamos aqui 0,08 que é o mínimo entre PcD e Idoso). Usando o mesmo racional do cálculo de economia para o Programa Bolsa Família, esse parâmetro é multiplicado pelo percentual de verificações domiciliares (Indi₂ = 0,125) e ajustado para refletir melhora na eficiência de captura de irregularidades, indicado por Indi₃=2. Por fim, usamos um indicador, Indi₄, que mede a taxa de êxito jurídico, isto é, a proporção de casos efetivamente revisados/suspensos/cessados após provocação e decisão judicial. Para fins deste exercício, suporemos que metade desses casos terão êxito, ou seja, Indi₄= 0,5.⁸

⁸ De acordo com os dados do Painel INSS contidos no Painel de Estatísticas do Judiciário (DataJud/CNJ), a taxa de procedência das ações relacionadas ao BPC em 2025 contra o INSS foi de aproximadamente 39%, sendo que 50% para o BPC Idoso e 38% para o PcD.

A economia potencial estimada para a medida é de **201 milhões de reais em um ano**. Esse valor representa aproximadamente 0,15% da despesa orçada em 2026 para o BPC (idoso e deficiente).

4.3. ARCABOUÇO JURÍDICO E ATOS INFRALEGAIS NECESSÁRIOS

A medida se ancora em três pilares: (i) dever de supervisão e integridade do gasto público; (ii) rotinas administrativas de atualização cadastral e cruzamento de bases; e (iii) atuação processual da Procuradoria para provocar revisão/extinção de decisões quando houver alteração fática.

A medida se sustenta em normas que definem a elegibilidade e a manutenção do BPC, autorizam o uso de bases e cruzamentos para fins de controle e disciplinam os procedimentos administrativos de revisão, bem como em instrumentos processuais para provocar a reavaliação de decisões judiciais quando houver alteração fática relevante. Nesse sentido, destacam-se: a Lei nº 8.742/1993 (LOAS); as Leis nº 8.212/1991 e nº 8.213/1991, no que se refere a cadastros, cruzamentos e rotinas de revisão no âmbito do INSS (padrão já adotado nas demais medidas BPC); e a Lei nº 13.846/2019, quanto ao fortalecimento de instrumentos de integridade, combate a fraudes e aperfeiçoamento cadastral. No plano infralegal, o fluxo operacional de manutenção e revisão (incluindo atualização cadastral, batimentos e rotinas de instrução do processo administrativo) pode ser ancorado em atos conjuntos já existentes e atualizados, como a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 28, de 25/07/2024, e a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 34, de 09/10/2025, que disciplinam procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC. Esta medida não altera a competência do Judiciário, mas estrutura a provocação tempestiva (comunicação ao juízo e atuação da Procuradoria) quando os cruzamentos e a atualização cadastral apontarem mudança material. O marco regulamentar do BPC também é relevante para padronizar critérios de renda/composição familiar e a própria dinâmica de manutenção: Decreto nº 6.214/2007 (regulamento do BPC) e suas alterações, em especial o Decreto nº 12.534/2025, que atualiza o regulamento e interage com o Cadastro Único.

Os seguintes atos infralegais são recomendados para maior efetividade da medida. Primeiro, o estabelecimento de norma conjunta entre o MDS e o INSS (portaria ou instrução normativa) definindo a inclusão do estoque judicial na atualização cadastral periódica, cruzamentos e geração de indícios; critérios objetivos de mudança material (renda, composição familiar, vínculos etc.); prazos e ritos de encaminhamento para Procuradoria e para comunicação ao Judiciário; padronização de relatórios (templates) e trilhas de auditoria.

Em segundo lugar, é relevante se criar um protocolo institucional, seja ele um acordo de cooperação ou rotina administrativa entre INSS/MDS e Procuradoria para que: se priorize por risco e materialidade; sejam definidos instrumentos e peças processuais padronizados por tipologia de caso e; sejam acompanhados e mensurados os resultados, tais como taxa de revisão, tempo de resposta e taxa de reversão.

4.4. STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

A medida pode ser implementada de forma imediata sem alteração legal relevante, pois se apoia em rotinas já existentes de atualização cadastral, cruzamento de bases e produção de indícios, estendendo-as explicitamente ao estoque de benefícios concedidos judicialmente. O ponto crítico é evitar a manutenção automática de decisões antigas quando há mudança material de renda, composição familiar ou outras condições socioeconômicas. Para isso, a estratégia operacional é: tratar o estoque judicial como parte do universo de monitoramento permanente; transformar indícios objetivos em fluxo padronizado de encaminhamento; e assegurar a provocação tempestiva do Judiciário, com priorização por risco e materialidade fiscal.

Do ponto de vista de governança, recomenda-se instituir rotina formal (por ato infralegal conjunto e protocolos operacionais) que defina: critérios de risco (por exemplo, indícios fortes e recorrentes, maior materialidade fiscal e maior probabilidade de êxito), prazos máximos entre a geração do indício e o encaminhamento, e a segregação clara de responsabilidades entre INSS/MDS (produção e qualificação do indício, atualização cadastral e instrução do caso) e Procuradoria (seleção processual, ajuizamento e acompanhamento). A rotina deve incluir dois vetores complementares: comunicação sistemática ao juízo quando houver superação do limite legal de renda ou alteração socioeconômica relevante, com pedido de revisão/extinção; e atuação ativa da Procuradoria com instrumentos adequados (ações rescisórias, pedidos de revisão e incidentes no cumprimento de sentença), concentrando esforços nos casos de maior impacto e evidência mais robusta.

Para monitoramento e avaliação, recomenda-se explicitar indicadores de processo, resultado e qualidade. Entre os indicadores de processo, incluem-se: número de benefícios judiciais submetidos a batimentos e atualização cadastral; número de indícios gerados e qualificados por mês; tempo entre indício e comunicação ao Judiciário/encaminhamento à Procuradoria; e taxa de priorização efetiva (percentual do estoque judicial coberto por critérios de risco). Entre os indicadores de resultado, incluem-se: número de decisões

revistas/extintas; redução de pagamentos indevidos no estoque judicial; e economia estimada e economia efetiva capturada. Entre os indicadores de qualidade, incluem-se: taxa de reversão após contestação/decisão judicial; volume de recursos e litígios derivados; e judicialização superveniente e reincidência.

5ª Medida – Cessação de pagamentos indevidos no Benefício de Prestação Continuada por acúmulos indevidos

Batimento com bases previdenciárias para impedir acúmulos indevidos do Benefício de Prestação Continuada.

5.1. DIAGNÓSTICO E MECANISMO DE ECONOMIA

A medida incide sobre o Benefício de Prestação Continuada, com o objetivo de cessar pagamentos indevidos associados a situações de acumulação indevida com benefícios previdenciários inacumuláveis. A economia decorre da redução da janela de manutenção indevida, por meio de cruzamentos mais frequentes e eficientes com bases de benefícios.

5.2. PARÂMETROS, FONTES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A estimativa de economia potencial ancora-se no parâmetro de cessação ou filtragem, $Indi_1$, estimado com base nos achados recentes do TCU acerca de desconformidades no BPC [R9]. Este parâmetro incide sobre uma quantidade média de beneficiários do programa e o valor do salário-mínimo em 2026.

Memória de cálculo (valores em reais):

$$Economia = Qtde \times Valor \times Meses \times Indi_1.$$

Onde: $Qtde = 6.409.105$; $Valor = R\$1.621,00$; $Meses = 12$; $Indi_1 = 0,00111$.⁹

Economia potencial estimada: **138,7 milhões de reais.**

⁹ No relatório do TCU 2024 BPC TC 007.560/2024-9, há 6701 casos reportados de acúmulos indevidos. Em junho de 2024 havia 6.036.540 benefícios concedidos. A taxa é, portanto, de 0,00111, ou 0,11%.

5.3. ARCABOUÇO JURÍDICO E ATOS INFRALEGAIS NECESSÁRIOS

A medida se sustenta em normas que definem elegibilidade e manutenção do benefício, autorizam uso de bases e cruzamentos para controle e disciplinam procedimentos administrativos. Os principais dispositivos incluem a Lei nº 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 8.212, de 1991, e a Lei nº 8.213, de 1991, especialmente nos dispositivos que tratam de revisão e apuração de irregularidades, além da Lei nº 13.846, de 2019, que fortaleceu instrumentos de combate a fraudes.

5.4. STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

A implementação recomenda ato normativo infralegal claro, plano de instrumentação de dados, e metas de monitoramento. A governança pode se apoiar em arranjos interinstitucionais típicos de revisão de gastos, com participação do órgão gestor, áreas de orçamento e tesouro, e controle interno.

Os indicadores recomendados incluem periodicidade dos cruzamentos, taxa de reversão, incidência de acúmulos detectados e volume de recursos administrativos.

6ª Medida – Revisão dos processos de concessão e manutenção do Seguro-Defeso

Pacote integrado de controles: validações algorítmicas com bases administrativas, uso de nota fiscal eletrônica, autenticação biométrica e georreferenciamento, com trilhas de auditoria, fluxos de contestação e visitação *in loco*.

6.1. DIAGNÓSTICO E MECANISMO DE ECONOMIA

A medida incide sobre o Programa de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (Seguro-Defeso) e tem como objetivo elevar a focalização e a conformidade do benefício, reduzindo pagamentos indevidos associados a inelegibilidades, inconsistências cadastrais e potenciais fraudes. O mecanismo de economia consiste em evitar a concessão e interromper tempestivamente pagamentos irregulares por meio de um pacote integrado de controles, com validações automatizadas e auditoráveis e visitasões *in loco*.

Na prática, o pacote integrado combina validações algorítmicas com bases administrativas, exigências e checagens de lastro documental via nota fiscal eletrônica, autenticação biométrica, uso de georreferenciamento como insumo administrativo e trilhas de auditoria, com segmentação de risco para priorização de verificações. Além disso, visitas in loco às comunidades pesqueiras são necessárias para verificar o cumprimento dos critérios de manutenção do benefício.

A expansão das despesas com o Seguro-Defeso ao longo dos últimos anos tem se destacado no orçamento público. Em 2025, os gastos com o benefício foram limitados a cerca de R\$ 7,3 bilhões, um montante muito maior do que os observados em anos anteriores e que reflete a trajetória de crescimento das despesas com o programa [R10]. Em 2020, o número de pescadores cadastrados e aptos a receber o benefício era da ordem de 700 mil, enquanto no início de 2025 o número de pescadores registrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) superava 1,8 milhão.

Esse contingente contrasta fortemente com estimativas obtidas a partir de pesquisas domiciliares. Segundo cálculos próprios a partir da PNAD Contínua (3º tri/2024 a 2º tri/2025), em média 350 mil pessoas declaram a pesca como ocupação principal em um trimestre. Este número, contudo, tende a subestimar o total de pescadores por não capturar aqueles que se encontram em período de defeso na semana de referência. Já o painel rotativo da PNAD entre 2023 e 2024 indica que, para o período de um ano, cerca de 600 mil indivíduos declararam a pesca como ocupação principal em pelo menos uma das cinco entrevistas trimestrais do painel. Ressalte-se que este segundo montante pode sobrestimar o estoque estável de pescadores, uma vez que não diferencia a interrupção por defeso da entrada da atividade pesqueira durante o período analisado.¹⁰

Diante desse cenário, medidas de recadastramento e alterações nos procedimentos para registro de pescador e solicitação do benefício foram implementadas recentemente. No primeiro semestre de 2025, aproximadamente 300 mil licenças de pescadores e pescadoras profissionais foram canceladas por não realização do recadastramento obrigatório até 31 de março de 2025, representando uma redução próxima de 17% da base então registrada [R11]. Ainda em 2025, mais de 130 mil licenças foram suspensas e 956.217 pescadores e pescadoras artesanais profissionais receberam advertência por não enviarem o Relatório Anual de Exercício da Atividade Pesqueira (REAP) dentro do prazo legal de 31 de dezembro de 2025 [R12].

¹⁰ O montante de 600 mil indivíduos pode estar sobrestimado por não representar o estoque fixo de profissionais, mas sim o fluxo acumulado. O dado é inflado ao incluir no mesmo grupo: (i) pescadores que estavam em defeso e retornaram à atividade e (ii) indivíduos que não são pescadores de carreira, mas que estavam desempregados ou em outras ocupações e registraram entrada na pesca em entrevista posterior.

Apesar dos avanços associados às novas medidas de cadastramento, como a exigência de comprovação contínua do exercício da atividade pesqueira, o registro biométrico e a coleta de dados georreferenciados, ainda há espaço para aprimoramentos, especialmente no que se refere à manutenção do benefício. De acordo com a legislação vigente, o Seguro-Defeso é destinado a pescadores que não dispõem de outra fonte de renda durante o período de defeso. A partir dos dados da PNAD Contínua, contudo, observa-se elevado grau de desconformidade com esses critérios. No universo de indivíduos que declaram a pesca como atividade principal em ao menos uma entrevista do painel, 10% informam receber Seguro-Desemprego e estar ocupados nas entrevistas em que a pesca não é o trabalho principal. Este número está provavelmente subestimado, dado que apenas cerca de 40% desses indivíduos declaram o recebimento do benefício.¹¹ Ressalte-se, ainda, que a maioria declara trabalhar em ocupações informais (como empregados sem carteira, autônomos ou empregadores informais), o que dificulta a detecção de irregularidades no recebimento do seguro.

6.2. PARÂMETROS, FONTES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A estimativa de economia potencial utiliza o parâmetro $Indi_1=10\%$, que representa a incidência de pagamentos irregulares passíveis de prevenção ou correção por controles administrativos e visitas *in loco*. A quantidade de referência é o número estimado de pescadores no RGP com licenças ativa no início de 2026 e o valor mensal do benefício é de um salário-mínimo.¹² O Seguro-Defeso é pago mensalmente durante o período de proibição da pesca. Embora a legislação permita até cinco parcelas (Resolução CODEFAT nº 1.027/2025), a duração do defeso varia por espécie e região, situando-se geralmente entre dois e quatro meses. Assim, para fins analíticos, adota-se um número médio aproximado de 3,5 parcelas por beneficiário, compatível com os períodos de defeso da piracema definidos em normas como a Portaria SAP/MAPA nº 611/2022.

¹¹ O volume de beneficiários do Seguro-Desemprego pode estar subestimado na PNAD Contínua devido a um possível descasamento temporal entre as datas de recebimento das parcelas e a semana de referência da entrevista. Além disso, os dados podem apresentar omissões ou erros na declaração do entrevistado quanto ao repasse dessa informação.

¹² O cálculo do contingente de beneficiários do Seguro-Defeso baseia-se no cenário do início de 2025, que registrava aproximadamente 1,8 milhão de segurados. Após o cancelamento de cerca de 300 mil licenças no primeiro semestre de 2025 e de outras 77 mil no início de 2026, a estimativa consolidada para o início de 2026 é de 1,423 milhão de beneficiários.

Memória de cálculo (valores em reais):

$$Economia = Qtde \times Valor \times Meses \times Indi_1 \times Indi_2 \times Indi_3.$$

Onde: Qtde = 1.423.000; Valor = R\$ 1.621,00; Meses = 3,5; Indi₁ = 0,10; Indi₂ = 0,125; Indi₃ = 2.

A economia potencial estimada é de **202 milhões de reais**.

Como visto, a lógica de estimativa de economia é representada como a aplicação de uma taxa de irregularidade ao universo potencial de beneficiários. Contudo, assim como nos casos do BPC e do PBF, também aplicamos um ajuste à capacidade de visitação *in loco* (Indi₂). Se usarmos a mesma parametrização anterior, deveríamos dividir nossos resultados por quatro, pois lá usamos 12,5% como a taxa de capacidade de visitação *in loco*, e a multiplicamos por 2 (Indi₃), para levar em conta uso de informação cadastral prévia para aumentar assertividade das visitas na detecção de irregularidades.

6.3. ARCABOUÇO JURÍDICO E ATOS INFRALEGAIS NECESSÁRIOS

A medida se sustenta em normas que definem os critérios de elegibilidade e manutenção do benefício, autorizam o uso de bases administrativas para fins de controle e disciplinam os procedimentos de registro e revisão. Destacam-se a Lei nº 10.779, de 2003 (Seguro-Defeso), a Lei nº 11.959, de 2009 (Política Nacional de Pesca), a Lei nº 13.846, de 2019, quanto ao cruzamento de bases, e as Portarias MPA nº 127/2023 e nº 401/2024, que regulamentam o recadastramento e o saneamento do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). Soma-se a esse arcabouço o Decreto nº 12.527, de 2025, que regulamenta a nova operacionalização do benefício e o uso de tecnologias de identificação para garantir a integridade dos pagamentos.

6.4. STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

A concessão do Seguro-Defeso sofreu várias modificações a fim de reduzir fraudes e concessões indevidas. Dentre elas, destaca-se o Decreto nº 12.527/2025, que exige a comprovação do exercício contínuo da atividade pesqueira, atualização cadastral no RGP, homologação municipal dos registros, autenticação biométrica e cruzamento de bases para combate a fraudes. A Medida Provisória nº 1.323 (publicada em 4/11/2025) transferiu a gestão operacional do Seguro-Defeso do INSS para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com validações presenciais e critérios mais rigorosos para habilitação [R13] [R14].

A implementação do pacote integrado requer coordenação interinstitucional entre os órgãos setoriais e as entidades detentoras das bases necessárias às validações, com regras claras de interoperabilidade, trilhas de auditoria e fluxos de contestação. Recomenda-se instituir, por ato infralegal, a periodicidade dos batimentos, os critérios de bloqueio preventivo e as salvaguardas procedimentais, com governança típica de revisão de gastos.

Para monitoramento, recomenda-se acompanhar indicadores de processo (cobertura de batimentos e validações, tempo entre detecção e bloqueio, taxa de falsos positivos), de resultado (redução de pagamentos indevidos e reincidência) e de qualidade (taxa de reversão após contestação, volume de recursos administrativos e judicialização).

7ª Medida – Priorização de perícias e auditoria ex post da duração no Benefício por Incapacidade Temporária

Análise de priorização de perícias com segmentação de risco e auditoria ex post da duração para reduzir duração média e fraudes, com foco em casos com maior probabilidade de manutenção prolongada.

7.1. DIAGNÓSTICO E MECANISMO DE ECONOMIA

A medida incide sobre o Benefício por Incapacidade Temporária e busca reduzir a duração média e a incidência de fraudes, por meio de priorização de perícias com segmentação de risco e auditorias *ex post*. A economia decorre do encurtamento de períodos de manutenção indevida e do aumento de efetividade dos processos de revisão, especialmente em casos com maior probabilidade de permanência prolongada.

A revisão do Benefício por Incapacidade Temporária está prevista no Art. 71 da Lei nº 8.213/1991 [R15]. O INSS deve realizar revisões periódicas para reduzir manutenções indevidas, conforme reforçado pela Lei nº 13.846/2019. A legislação estabelece que o segurado deve se submeter a exame médico periódico para manter o benefício. Contudo, o processo de revisão não está automatizado e o INSS ainda depende de forças-tarefa.

No ano de 2024, a revisão focou em benefícios sem perícia há mais de dois anos, resultando no corte de 52% dos casos analisados. Ao todo, foram processados 684 mil benefícios, o que equivale a cerca de 36% do estoque de auxílios-doença ativos

em dezembro de 2023. Cabe ressaltar que, devido à pandemia da COVID-19, essas revisões ficaram suspensas por quase quatro anos [R16]. O alto índice de cessação (52%) demonstra que uma parcela significativa dos auxílios foi mantida por prazo superior à real necessidade clínica, evidenciando a ineficiência nos mecanismos de controle.

Como o INSS carece de uma “esteira” de revisão contínua e institucionalizada, o órgão torna-se dependente de ações sazonais dos programas especiais de revisão, a exemplo do Programa de Revisão de Benefícios de Incapacidade (PRBI) ou do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social”. Essa dinâmica favorece a formação de estoques de pagamentos indevidos por longos períodos, gera distorções alocativas e impõe sobrecarga cíclica à estrutura administrativa, com impacto fiscal negativo decorrente da postergação de decisões técnicas, da constituição de passivos e da elevação dos custos operacionais associados a ações concentradas e extemporâneas.

Nesse cenário, a proposta visa evitar tanto o represamento de casos sem reavaliação quanto a manutenção prolongada de benefícios temporários que, dada a sua longa duração, deveriam ser convertidos em aposentadoria por incapacidade permanente.

7.2. PARÂMETROS, FONTES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Para estimar a economia potencial, utilizamos como parâmetro central ($Ind_1=0,50$) o percentual de benefícios com manutenção prolongada ou prazo estendido que são indevidamente pagos. Esse índice está alinhado ao percentual de cessação de 52% registrado na última revisão do INSS (2024/2025). O parâmetro incide sobre o volume de benefícios nos quais a medida teria impacto direto, ou seja, aqueles com alto risco de manutenção por longo prazo. Partimos da premissa de que um terço do estoque (representado por Ind_2) dos benefícios por Incapacidade Temporária constitui o volume de impacto direto. Esse valor de um terço converge com o percentual de benefícios sem revisão há mais de dois anos analisados na última grande revisão. A estimativa considera, ainda, que os casos não cessados ($1-Ind_1$) serão convertidos em Benefício por Incapacidade Permanente, o qual apresentava um valor médio R\$ 32,00 menor na referência de dezembro de 2025 entre os benefícios emitidos (diferença entre R\$ 1774,00 e R\$ 1742,00). O cálculo final baseia-se na quantidade média de benefícios por incapacidade

temporária ativos e no valor médio dos benefícios emitidos em dezembro de 2025.¹³

A economia potencial estimada para a medida é de **4,91 bilhões de reais** no cenário de referência, podendo variar conforme hipóteses operacionais.

Memória de cálculo (valores em reais):

$$Economia = Qtde \times Indi_2 \times Meses \times (Indi_1 \times Valor_1 + (1 - Indi_1) \times Valor_2)$$

Onde: Qtde = 1.373.305; Valor₁ = R\$ 1.774; Meses = 12; Indi₁ = 0,50; Indi₂ = 0,33; Valor₂ = 32,02.

7.3. ARCABOUÇO JURÍDICO E ATOS INFRALEGAIS NECESSÁRIOS

A medida se sustenta em normas que definem critérios e procedimentos de concessão e revisão de benefícios por incapacidade, autorizam instrumentos de controle e disciplinam o processo administrativo. Destacam-se a Lei nº 8.213, de 1991, a Lei nº 13.846, de 2019, a Lei nº 9.784, de 1999, e a Lei nº 14.129, de 2021.

7.4. STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

No plano operacional, iniciativas recentes do Instituto Nacional do Seguro Social para reorganizar a fila de análise de requerimentos em nível nacional e concentrar esforços no estoque de processos em espera podem facilitar a execução de rotinas de revisão e priorização por risco, desde que articuladas com a agenda pericial e com trilhas de auditoria.

Recomenda-se ato normativo infralegal que estabeleça critérios de priorização por risco, fluxos de auditoria *ex post*, metas e periodicidade de revisões, com governança interinstitucional típica de revisão de gastos. Os indicadores recomendados incluem duração média antes e depois da intervenção, taxa de cessação, taxa de reversão, tempo de fila de perícia e judicialização.

¹³ Os dados referentes ao quantitativo e ao valor médio de benefícios por incapacidade temporária e incapacidade permanente foram extraídos dos Painéis Estatísticos de Benefícios do RGPS, mantidos pelo Ministério da Previdência Social. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/paineis-estatisticos/beneficios-do-rgps-emissoes>.

8ª Medida – Priorização de perícias e implementação de procedimento bienal integrado de revisão e conformidade na Aposentadoria por Incapacidade Permanente

Análise de priorização de perícias e revisão bienal priorizada por análise de dados para cessar benefícios em que não há manutenção da incapacidade, com foco em casos de maior risco de permanência indevida.

8.1. DIAGNÓSTICO E MECANISMO DE ECONOMIA

A medida incide sobre a Aposentadoria por Incapacidade Permanente e busca retirar benefícios em que não se observa manutenção da incapacidade, por meio de priorização de perícias e de um processo de revisão bienal priorizado por análise de dados.

A economia decorre da cessação de benefícios mantidos indevidamente e do aumento de efetividade do processo de reavaliação.

A Lei 8.213/1991 (Art. 101) prevê que o segurado aposentado por incapacidade permanente deve se submeter a exame médico periódico para avaliação das condições que mantêm o benefício [R15]. Complementarmente, a Instrução Normativa 128/2022 (Art. 330) estabelece que essa revisão deve ocorrer a cada dois anos. Apesar da previsão normativa, não há um fluxo e controle sistematizado que processe reavaliações bienais de forma automática e eficiente, permitindo o represamento de benefícios. O monitoramento do estoque é substituído por ações sazonais em forças-tarefa, as quais dependem de autorizações orçamentárias e bônus de produtividade para ocorrerem.

Em 2025, o INSS planejava convocar 802 mil beneficiários de aposentadoria por incapacidade permanente que estavam há mais de dois anos sem perícia médica [R16]. Esse volume representava aproximadamente 23% do estoque de benefícios ativos em dezembro de 2024. Embora o órgão tenha iniciado as convocações e notificações, os resultados consolidados de cessação para esse grupo específico ainda não foram totalmente integrados aos balanços públicos. À época, diante do elevado estoque de benefícios sem revisão, priorizou-se a revisão dos Benefícios por Incapacidade Temporária, dado seu maior potencial de economia imediata e maior probabilidade de cessação, otimizando o retorno fiscal. Esse cenário reforça que, na ausência de uma “esteira” de revisão contínua, o INSS opera por ciclos de acúmulo seguidos por grandes convocações planejadas para corrigir o pagamento de benefícios.

8.3. PARÂMETROS, FONTES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

O cálculo da economia potencial segue lógica similar à aplicada ao Benefício por Incapacidade Temporária, discutido na seção imediatamente anterior. Diante da ausência de dados oficiais consolidados sobre as cessações da convocação de 2025, adotamos como parâmetro de cessação o índice de 29% ($Indi_1$), que reflete o percentual médio de cancelamentos verificado na revisão massiva do INSS entre 2016 e 2018 [R17]. Como base para o estoque passível de revisão ($Indi_2$), utilizamos o valor de 23%, correspondente à proporção de aposentados por invalidez convocados em 2025 frente ao total de benefícios ativos em dezembro de 2024. A estimativa final de economia é calculada sobre a quantidade média de benefícios por incapacidade permanente e o respectivo valor médio para os benefícios emitidos, que foi apurado na referência de dezembro de 2025.

A economia potencial estimada para a medida é de **4,98 bilhões de reais** no cenário de referência, podendo variar conforme hipóteses operacionais.

Memória de cálculo (valores em reais):

$$Economia = Qtde \times Indi_1 \times Indi_2 \times Valor \times Meses$$

Onde: Qtde = 3.573.755; Valor = 1.742,00; Meses = 12; $Indi_1 = 0,29$; $Indi_2 = 0,23$.

8.3. ARCABOUÇO JURÍDICO E ATOS INFRALEGAIS NECESSÁRIOS

A medida se sustenta em normas que definem critérios e procedimentos de concessão e revisão da aposentadoria por incapacidade permanente, incluindo a Lei nº 8.213, de 1991, e a Lei nº 13.846, de 2019 e a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 2022, que consolida e disciplina os procedimentos administrativos para avaliação, manutenção e reavaliação dos benefícios por incapacidade no âmbito do INSS.

8.4. STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

No plano operacional, iniciativas recentes do Instituto Nacional do Seguro Social para reorganizar a fila de análise de requerimentos em nível nacional e concentrar

esforços no estoque de processos em espera podem facilitar a execução de rotinas de revisão e priorização por risco, desde que articuladas com a agenda pericial e com trilhas de auditoria.

Recomenda-se ato normativo infralegal que estabeleça critérios de priorização por risco, metas e periodicidade do procedimento integrado de revisão e conformidade (“pente-fino”) bienal, fluxos de contestação e trilhas de auditoria, com governança interinstitucional típica de revisão de gastos. Os indicadores recomendados incluem taxa de convocação e comparecimento, taxa de cessação, taxa de reversão, tempo de fila para perícias e judicialização.

9ª Medida – Qualificação da concessão de aposentadoria rural por validação cadastral e georreferenciamento

Concessão – Validação CAF/CAEPF + georreferenciamento amostral + batimento com concessões feitas a outros indivíduos no mesmo local/tempo para capturar fraudes.

9.1. DIAGNÓSTICO E MECANISMO DE ECONOMIA

A medida incide sobre a concessão de aposentadoria rural e busca reduzir concessões indevidas por meio do fortalecimento de mecanismos de comprovação da atividade rural e de elegibilidade. O mecanismo de economia consiste em filtrar requerimentos e concessões com indícios de ausência de comprovação adequada da atividade rural, combinando validações cadastrais e cruzamentos de bases administrativas com instrumentos de verificação territorial. A medida não se estende ao estoque de benefícios emitidos, apenas aos novos benefícios na fase de análise para concessão.

Operacionalmente, a proposta integra a validação do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), do Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) e de registros utilizados na gestão previdenciária, incorporando o georreferenciamento do local de exercício da atividade agrícola como elemento de qualificação da comprovação. Em cenário de maior intensidade, o desenho prevê batimentos sistemáticos e amostragem estratificada por risco para verificação, de modo a reduzir a probabilidade de concessões sem lastro documental e territorial.

No passado recente, a concessão do benefício da Aposentadoria Rural baseava-se em critérios e procedimentos com alto grau de subjetividade, como a apresentação de

declarações de sindicatos rurais (homologação sindical) e provas testemunhais. Esse modelo abria brechas para fraudes ou concessões que não atendiam totalmente aos critérios legais. Cálculos próprios usando a PNAD mostram que 15% dos indivíduos que declaram receber aposentadoria ou pensão do INSS são habitantes da zona rural.

Neste cenário, controles mais eficientes foram implementados, como a substituição da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) pelo CAF, consolidada em 2023/2024 [R18].

O CAF captura de forma mais robusta a composição do núcleo familiar e a renda da unidade produtiva, cruzando dados em tempo real com a Receita Federal.

Complementarmente, o CNIS Rural passou a ser alimentado automaticamente por bases de dados como o eSocial e notas fiscais eletrônicas, que substituem a guarda de documentos físicos. O cruzamento com o CAR (Cadastro Ambiental Rural) e dados de imagens de satélite permite verificar se a área declarada possui de fato atividade agropecuária compatível com o pedido. A obrigatoriedade do georreferenciamento certificado para pequenas propriedades foi adiada para 2029 [R19]. Esta medida, quando plenamente implementada, será fundamental para a governança fundiária e a captura de fraudes por “terras fantasmas” ou sobreposição de áreas, garantindo que o benefício chegue apenas ao trabalhador que efetivamente produz na terra. Vale lembrar que a princípio, via CAR e Autodeclaração, o INSS já poderia fazer uso de cruzamento de dados geográficos para impedir que múltiplos segurados declarem atividade na mesma coordenada ou lote.

Reportamos aqui o cálculo das economias potenciais dessa medida, que já se encontra em fase de implementação.

9.2. PARÂMETROS, FONTES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A estimativa de economia potencial considera, na variável Qtde, o volume anual de concessões de benefícios rurais (na referência de 2025) e aplica um parâmetro de incidência de irregularidades ou inelegibilidades passíveis de filtragem por validações administrativas, indicado por $1 - \text{Indi}_1$. O indicador Indi_1 representa a razão entre o número de indivíduos na zona rural que declaram receber aposentadoria ou pensão na PNAD e o total de benefícios Aposentadoria e Pensões do tipo rural ativos registrados administrativamente pelo INSS. O resultado expressa o hiato entre a população residente no campo e a folha de pagamento rural. Adicionalmente, utiliza-se um parâmetro de ajuste, Indi_2 , com o objetivo de mitigar eventuais subestimações no quantitativo de aposentados e pensionistas identificados pela pesquisa domiciliar. O valor do benefício é o salário-mínimo em 2026.

Memória de cálculo (valores em reais):

$$Economia = Qtde \times Valor \times Meses \times \left(1 - \frac{(Indi_1)}{(Indi_2)} \right)$$

Onde: Qtde = 532.125; Valor = R\$ 1.621,00; Meses = 12; Indi₁ = 0,43258; Indi₂ = 0,89.

A economia potencial anualizada estimada é de **5,32 bilhões de reais** nesse cenário.

9.3. ARCABOUÇO JURÍDICO E ATOS INFRALEGAIS NECESSÁRIOS

A medida se sustenta em normas que definem o seguro especial, os requisitos de comprovação e os procedimentos administrativos para concessão e revisão de benefícios rurais, além de autorizar o cruzamento de bases e o reforço permanente de controles. Entre os principais dispositivos relacionados incluem-se: a Lei nº 8.213, de 1991, quanto aos requisitos da aposentadoria rural; a Lei nº 13.846, de 2019, que institucionaliza o monitoramento permanente de benefícios; e os Decretos nº 10.046, de 2019, e nº 10.688, de 2021, que fundamentam, respectivamente, o compartilhamento de dados do Cadastro Base e a transição da DAP para o CAF. Soma-se a esse arcabouço a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 2022, que integra o eSocial e o CAEPF ao CNIS-Rural como fontes primárias de prova, e o Decreto nº 4.449, de 2002, com as alterações do Decreto nº 12.689, de 2025, que ao disciplinar os prazos do georreferenciamento, viabiliza o uso de coordenadas geográficas na malha fina para o combate a fraudes por sobreposição de áreas e "terras fantasmas".

No plano infralegal, recomenda-se detalhar, por ato do Instituto Nacional do Seguro Social e dos órgãos responsáveis pelos cadastros setoriais, as rotinas de validação automática, os critérios de risco para seleção amostral, a periodicidade de batimentos e os fluxos de contestação administrativa, com trilhas de auditoria compatíveis com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

9.4. STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

As recentes alterações nos procedimentos de concessão do benefício foram implementadas com o objetivo estratégico de fortalecer os mecanismos de controle. Nesse sentido, a economia estimada para o período já reflete o impacto parcial dessas medidas. Ressalte-se, contudo, que a prorrogação da obrigatoriedade do georreferenciamento para pequenas propriedades até 2029 (Decreto nº 12.689/2025) posterga a captura de economias potenciais relevantes advindas de uma malha fina

fundiária mais rigorosa. Por fim, a continuidade do monitoramento e o uso de amostragens sistemáticas são imprescindíveis para mitigar novas modalidades de fraude e falhas operacionais que permitam a concessão ou a manutenção indevida de benefícios.

A implementação requer coordenação entre o Instituto Nacional do Seguro Social e os órgãos responsáveis pelos cadastros rurais e pelas bases administrativas utilizadas nas validações. Recomenda-se instituir governança interinstitucional típica de revisão de gastos, com metas de cobertura dos batimentos e de tempo de resposta, além de um plano de instrumentação de dados que explicita bases, chaves de interoperabilidade e trilhas de auditoria.

Para monitoramento e avaliação, recomenda-se acompanhar indicadores de processo (cobertura de validações e batimentos, tempo entre identificação de indício e decisão administrativa, taxa de falsos positivos), de resultado (redução de concessões indevidas e de pagamentos irregulares) e de qualidade (taxa de reversão após contestação, volume de recursos administrativos e judicialização).

Conclusão

O conjunto de medidas aqui sistematizado ilustra como a abertura de espaço fiscal pode ser buscada, em parte, por meio de aperfeiçoamentos infralegais e operacionais, baseados em cruzamentos de dados, automatização de rotinas e qualificação de cadastros.

O conjunto de medidas apresentadas, resumido na Tabela 1 abaixo, totaliza uma economia potencial de **R\$ 22,366 bilhões por ano**.

Do ponto de vista de política pública, as propostas reforçam uma visão de revisão de gastos como processo contínuo: identificar fragilidades, instrumentar correções, monitorar resultados e ajustar rotas. Quando bem implementadas, as medidas têm potencial para combinar integridade, eficiência e proteção social, ao mesmo tempo em que oferecem evidência concreta do fortalecimento de uma cultura técnica de *spending review* no governo federal.

Como próximos passos, recomenda-se: (i) validação dos parâmetros operacionais com bases administrativas atualizadas, (ii) especificação dos atos infralegais necessários, (iii) desenho de governança e comunicação pública que diferencie economia potencial, economia efetiva e riscos de implementação e (iv) institucionalização do acompanhamento, para que o ganho não seja episódico, mas estrutural.

TABELA 1 – RESUMO DAS MEDIDAS E ECONOMIA POTENCIAL

Medida:	Economia (R\$ milhões)
1. Revisão dos processos de concessão e manutenção do Programa Bolsa Família	4.246
2. Revisão dos processos de concessão e manutenção do BPC para pessoa idosa	994
3. Revisão dos processos de concessão e manutenção do BPC para pessoa com deficiência	1.372
4. Revisão dos processos de concessão e manutenção do BPC concedidos judicialmente	201
5. Cessação de pagamentos indevidos no BPC por acúmulos indevidos	139
6. Revisão dos processos de concessão e manutenção do Seguro-Defeso	202
7. Priorização de perícias e auditoria ex post da duração no Benefício por Incapacidade Temporária	4.910
8. Priorização de perícias e procedimento integrado de revisão e conformidade bienal na Aposentadoria por Incapacidade Permanente	4.982
9. Qualificação da concessão de aposentadoria rural por validação cadastral e georreferenciamento	5.320
Total economia potencial	22.366

Nota: As economias potenciais (individual e total) referem-se a um período de 12 meses.

Referências e documentos consultados

[R1] Ministério da Fazenda. "Governo Federal apresenta medidas para fortalecer arcabouço fiscal e garantir crescimento sustentável". Publicado em 29/11/2024 (atualizado em 12/02/2025). (<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/governo-federal-apresenta-medidas-para-fortalecer-arcabouco-fiscal-e-garantir-crescimento-sustentavel>)

[R2] Ministério do Planejamento e Orçamento. Página "Revisão de Gastos". Publicado em 07/05/2024 (atualizado em 04/09/2025). (<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/revisao-de-gastos>)

[R3] BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 2342/2023 – TCU – Plenário**. Relatório de Auditoria Integrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues. Brasília, DF, 22 de novembro de 2023. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2633988>.

[R4] BRASIL. Portaria nº 810, de 14 de setembro de 2022. *Define procedimentos para a gestão, operacionalização, cessão e utilização dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portaria/Portaria_N_810_texto_consolidado_dezembro_2025.pdf

[R5] BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CECAD 2.0**: Tabulador do Cadastro Único. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php.

[R6] Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. "CadÚnico tem nova norma para orientar cadastramento domiciliar de família unipessoal em situações excepcionais". (<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cadunico-tem-nova-norma-para-orientar-cadastramento-domiciliar-de-familia-unipessoal-em-situacoes-excepcionais>)

[R7] Instrução Normativa SAGICAD/MDS nº 20 (publicada no Diário Oficial da União em 22/01/2026) — procedimentos para cadastramento domiciliar de família unipessoal em situações excepcionais.

[R8] Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. "Relatório anual da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único" (PDF). (https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/rede-federal-de-fiscalizacao/relatorio-anual_da_rede_federal_de_fiscalizacao-compressed.pdf)

[R9] BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Processo TC 007.560/2024-9**: Relatório de Auditoria sobre a conformidade e focalização dos pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Relator: Ministro Antonio Anastasia. Brasília, DF, fev. 2025. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/02/007.560-2024-9-MIN-AN-Beneficio-de-Prestacao-Continuada-BPC.pdf>.

[R10] BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **MPA suspende preventivamente cerca de 100 mil licenças de pescadores e pescadoras do RGP por indícios de irregularidades**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/mpa-suspende-licencas-pescadores-rgp>.

[R11] BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **MPA adverte mais de 950 mil pescadores e pescadoras artesanais que não enviaram o REAP no prazo**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/mpa-averte-mais-de-950-mil-pescadores-e-pescadoras-artesanais-que-nao-enviaram-o-reap-no-prazo>.

[R12] BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Governo Federal regulamenta novo modelo de concessão do Seguro-Defeso a pescadores artesanais**. Brasília, DF, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-regulamenta-novo-modelo-de-concessao-do-seguro-defeso-a-pescadores-artesanais>.

[R13] GOVERNO edita MP que aperta regras do seguro-defeso e limita despesa. **InfoMoney**, [S. l.], 24 jun. 2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/governo-edita-mp-que-aperta-regras-do-seguro-defeso-e-limita-despesa/>.

[R14] BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Seguro-Defeso passa a ser administrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego**. Brasília, DF, 11 nov. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/novembro/seguro-defeso-passa-a-ser-administrado-pelo-ministerio-do-trabalho-e-emprego>.

[R15] Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social "Inovação na gestão dos recursos públicos: o caso do auxílio-doença", **Caderno de Estudos no. 30**, https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/caderno_estudos_30.pdf).

[R16] PENTE-FINO do INSS corta mais da metade dos auxílios-doença. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2025. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/03/pente-fino-do-inss-corta-mais-da-metade-dos-auxilios-doenca.shtml>.

[R17] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estudo Técnico nº 15/2023**: Medidas administrativas para redução de gastos previdenciários. Brasília, DF: CONORF, 2023. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2023/2023_788_medidasadmgestosprevidenciarios.

[R18] BRASIL. **Governo Federal publica requisitos e procedimentos para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**. Brasília, DF, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/11/governo-federal-publica-requisitos-e-procedimentos-para-inscricao-no-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>. Acesso em: 19 fev. 2026.

[R19] BRASIL. Presidência da República. **Presidente em exercício amplia em quatro anos a obrigação de georreferenciamento em propriedades rurais**. Brasília, DF, 20 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/10/presidente-em-exercicio-amplia-em-quatro-anos-a-obrigacao-de-georreferenciamento-em-propriedades-rurais>. Acesso em: 19 fev. 2026.

Inspere



Movimento
**Orçamento
Bem Gasto**

MAIS
PROGRESSO
.ORG